



# OFICINA DO CES

**ces**

Centro de Estudos Sociais  
Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

**MARIA ELISA SIQUEIRA BORGES**

**POR UMA PEDAGOGIA DA ESCUTA:  
A EXPERIÊNCIA COMO CRITÉRIO,  
A ESCUTA COMO MÉTODO**

**Janeiro de 2021  
Oficina n.º 457**

**Maria Elisa Siqueira Borges**

**Por uma pedagogia da escuta:  
a experiência como critério, a escuta como método**

**Oficina do CES n.º 457  
Janeiro de 2021**

**OFICINA DO CES**

**ISSN 2182-7966**

**Propriedade e edição**

Centro de Estudos Sociais

Colégio de S. Jerónimo

Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal

**Coordenação da publicação**

Paula Sequeiros, Teresa Cunha

E-mail: [oficina@ces.uc.pt](mailto:oficina@ces.uc.pt)

**Maria Elisa Siqueira Borges\***

### **Por uma pedagogia da escuta: a experiência como critério, a escuta como método**

**Resumo:** O artigo defende a ideia de que ausência de uma escuta coletiva dos conhecimentos produzidos a partir da experiência dos trabalhadores e dos cidadãos é um obstáculo epistemológico a um conhecimento amplo sobre as situações de trabalho e de desastres. A experiência não tem sido um critério para pensar a saúde, o trabalho e os desastres; está quase sempre ausente nas análises e na busca de estratégias para solucionar problemas concretos. Questionar este obstáculo epistemológico abre novos horizontes para criarmos uma pedagogia da escuta. O dispositivo dinâmico em três polos – DD3P – criado pela Ergologia, é apresentado como uma metodologia de escuta do trabalhador, em suas experiências laborais e também do cidadão em situações de desastre.

**Palavras-chave:** trabalho, saúde, ergologia, desastre, escuta.

### **Introdução**

Escrevo este artigo em plena pandemia da covid-19, com o mundo chegando à marca de 28 milhões de infectados e 900 mil óbitos.<sup>1</sup> Impossível não incluir a pandemia nas minhas reflexões neste momento em que muitos tentam a difícil tarefa de imaginar novas perguntas para um mundo em transformação.

Segundo Paulo Freire (2003a), no processo de aprendizagem, o aprendiz deve “partir” de sua realidade a fim de ampliar seu universo. “Partir” como verbo que expressa movimento, mudança, deslocamento. No meu processo de aprendizagem, parto do meu percurso como psicóloga que estuda o trabalho humano, onde me encontro “ora imersa, ora emersa, ora insertada” (*ibidem*: 74). Parto deste lugar no sentido de ampliá-lo e (re)pensar alguns conceitos que possam ajudar a formular essas novas perguntas para um mundo ainda desconhecido.

Nossas pesquisas em psicologia do trabalho têm se dedicado há alguns anos ao tema da escuta dos trabalhadores considerados “manuais” (em oposição aos “intelectuais”) na dicotomia herdada do taylorismo-fordismo. Constatamos que suas vozes não são ouvidas

---

\* Professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, campus Volta Redonda, Rio de Janeiro, Brasil. Investigadora visitante em estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Contacto: melisaborges@uol.com.br

<sup>1</sup> Durante a produção deste artigo, os dados sobre número de casos e óbitos precisaram ser atualizados diariamente. Ao finalizar este artigo, a covid-19 continua a se espalhar e os números finais só serão conhecidos em datas futuras.

e que seus saberes, construídos cotidianamente nas experiências das situações de trabalho, são desqualificados. São saberes considerados de menor importância por não se inserirem em um padrão hegemônico de produção de conhecimento, científico ocidental e eurocêntrico.

Esses trabalhadores são considerados meros executantes de regras e prescrições na lógica que opõe pensamento à execução. Supõe-se que nada tenham a falar ou a pensar sobre seu trabalho e é muito frequente serem chamados “especialistas” para supostamente ensinarem o trabalho a quem trabalha.

Boaventura de Sousa Santos (2018), ao apontar os caminhos das linhas abissais, afirma a presença de “conhecimentos inexistentes, assim considerados pelo facto de não serem produzidos de acordo com metodologias aceitáveis” ou porque são produzidos por sujeitos “ausentes”, concebidos como “incapazes de produzir conhecimento válido devido à sua impreparação ou mesmo à sua condição não plenamente humana” (*ibidem*: 21).

Essa ocultação de saberes é produzida pela ideia da inferioridade cultural e ontológica do outro. O colonialismo, aliado ao capitalismo, classificou certos grupos e formas de vida social como não existentes, invisíveis, radicalmente inferiores, sem possibilidade de produzir conhecimentos, o que se configura em um duplo desperdício – intelectual e político.

Ampliando meu olhar, constato que esses saberes são invisibilizados não apenas no campo do trabalho, mas também no campo da cidadania. O Brasil é um país marcado por inúmeros desastres ambientais – deslizamento de barreiras de mineração,<sup>2</sup> alagamentos,<sup>3</sup> derramamentos de óleo<sup>4</sup> – e, no momento, se torna o epicentro da pandemia de covid-19 com mais de 128 mil mortes.

No caso dos desastres ambientais, estudos mostram que inúmeras estratégias que já se encontram na gestão cotidiana das populações vulneráveis não são ouvidas ou utilizadas para a busca de soluções.<sup>5</sup> Os cidadãos são vistos e tratados apenas como vítimas, que sofrem o impacto dos desastres, mas que nada não têm a dizer sobre eles.

---

<sup>2</sup> Sendo as mais recentes na cidade de Mariana, 2011; e Brumadinho, 2018, ambas no estado de Minas Gerais, com um total de 289 óbitos.

<sup>3</sup> Referências às enchentes nas cidades serranas do estado do Rio de Janeiro em 2011; no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santos em 2013, 2016, 2018 e 2020. Apenas para citar as mais recentes.

<sup>4</sup> Referência à maior tragédia ambiental por derramamento de petróleo da história do Brasil, em 2019. Mais de 3 mil quilômetros do litoral do Brasil foram atingidos por petróleo cru de alta densidade, material com alta concentração de hidrocarbonetos poliaromáticos (HPA), substância altamente tóxica.

<sup>5</sup> Para aprofundamento, consultar Oliveira *et al.* (2016).

Essa suposta vulnerabilidade e impotência dos cidadãos contrastam de modo flagrante com os imensos desafios que eles enfrentam em seu cotidiano e para os quais tem respostas inteligentes, complexas e sofisticadas.

Segundo Santos (2007), as tragédias e desastres tornam mais visíveis essas fronteiras da linha abissal, a fusão entre poder e ciência que podem se traduzir em estratégias de dominação. A autoridade da ciência como verdade única invisibiliza quaisquer outros saberes em nome da objetividade e da verdade dos “fatos”, o que Santos denominou como monocultura do saber científico-técnico, geradora de injustiça cognitiva. A junção poder-saber facilita o não reconhecimento dos saberes dos cidadãos e a não inclusão desses saberes na busca de possíveis soluções.

As epistemologias do Sul (Santos, 2018) abordam conhecimentos materializados em corpos concretos, que podem ser coletivos ou individuais e levam a sério a ideia de que o conhecimento é corporizado, encarnado num corpo, uma atividade corpórea que mobiliza os cinco sentidos.

Também Freire (2003a) se refere aos “saberes de experiência feitos”, concepções não científicas (embora atravessadas por conhecimentos científicos) construídas por homens e mulheres sobre si mesmos e sua própria realidade. Este “saber de experiências feito” é um patrimônio de todos os humanos, construído em sua relação com o mundo e com os outros e que será modificado a cada novo encontro. Patrimônio que muitas vezes é desconsiderado em nome de um modelo científico considerado hegemônico.

Este artigo defende a ideia de que a não escuta do conhecimento advindo da experiência dos trabalhadores e dos cidadãos se torna um obstáculo epistemológico a um conhecimento amplo sobre as situações de trabalho e de desastres. A experiência precisa ser usada como critério para pensar a saúde, o trabalho, os desastres e a vida; não como único critério, mas como um dos critérios, quase sempre ausente nas análises e na busca de estratégias para solucionar problemas concretos. Sem a escuta dessa experiência, os saberes serão sempre muito parciais.

Neste sentido, partimos do conceito de saúde de Georges Canguilhem (1990) para compreendê-la como algo a ser pensado na primeira pessoa do singular; a experiência como critério para pensar a própria saúde. Em seguida, apresentamos alguns conceitos da Ergologia, abordagem criada por Yves Schwartz, sob inspiração da epistemologia de Freire para pensar a experiência como critério para compreender o trabalho humano. Alguns estudos da Sociologia são convocados a esse diálogo na busca da compreensão de que a experiência é também um critério para se compreender os desastres. Questionar

este obstáculo epistemológico que nos impede de pensar formas de escuta coletiva abre novos horizontes no sentido de criarmos metodologias de escuta como uma pedagogia, como método de trabalho. O dispositivo dinâmico em três polos – DD3P<sup>6</sup> – criado pela Ergologia é apresentado como um método de escuta do trabalhador, em suas experiências laborais, como também do cidadão em situações de desastre. Pensando como Freire (2003a) uma pedagogia do oprimido e não para o oprimido, da mesma forma a proposta deste artigo é a de uma pedagogia da escuta, ou seja, que coloca a escuta como protagonista.

### **A experiência como critério para pensar a saúde: a perspectiva de Georges Canguilhem**

A ideia da saúde como um conceito integral é postulada desde 1948 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que a considera, idealmente, como um estado normal de completo “bem-estar físico, psicológico e social e não a mera ausência de doença ou enfermidade” (Moura, 1989: 43). Esse conceito não considera a saúde e a doença como processos, onde não existe um estado “ideal”.

Sandra Caponi (1997: 299) afirma que este conceito, mais do que impraticável, por utópico e subjetivo, pode resultar politicamente conveniente para legitimar estratégias de controle e de exclusão de tudo aquilo que consideramos como indesejado ou perigoso. Ou de tudo o que não se enquadra em um determinado modo de fazer ciência.

Referir-se a esse “bem-estar” ideal é reconhecer como “saudável” tudo aquilo que é valorizado por uma sociedade em um dado momento histórico e excluir como patológico tudo o que é considerado indesejado nas mesmas condições.

Essa definição higienista coloca todo o foco na doença e considera que saúde é sinônimo de funções biológicas estáveis, indo de encontro ao argumento de que a promoção da saúde envolve aspectos para além da Biologia.

Canguilhem, ao estudar a saúde como objeto de problematização filosófica, examinou a oposição normal/patológico nas ciências biomédicas. Para ele, ser sadio “o que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas” (Canguilhem, 1990: 158).

---

<sup>6</sup> Voltaremos a falar sobre esse dispositivo mais adiante.

Pensar a saúde como a capacidade dos humanos poderem instaurar novas normas é se afastar de uma série de outras concepções, tais como: a ideia de saúde como equilíbrio ou capacidade adaptativa; a crença de que o meio se impõe aos humanos, que devem apenas buscar se adaptar; a conformidade a alguns “ideais” de saúde como o dos atletas, por exemplo.

O ponto de partida de Canguilhem para sua concepção de saúde contradiz a noção de bem-estar estabelecida pela OMS na medida em que, para ele, os erros, os fracassos, os acidentes – as “infidelidades do meio” – fazem parte da história dos humanos, sendo saudável a disposição e a capacidade para enfrentá-los.

Esta concepção de vida e saúde, afirmadora do movimento e não da estabilidade, apresenta, a nosso ver, dois aspectos fundamentais. O primeiro é a concepção de ser humano como “o animal que, por meio da técnica, consegue variar, no próprio local, o ambiente de sua atividade”. Ou ainda, como a “única espécie capaz de variação” (*ibidem*: 142). Outro aspecto importante contido nessa concepção é a valorização da experiência como critério importante para se pensar a questão da saúde.

Se os humanos apresentam uma poderosa capacidade normativa de intervir no meio (interno e externo) na busca pela saúde é porque ela não é algo que vem de fora, nem é assunto apenas para especialistas. Saúde é algo para ser falado e compreendido também na primeira pessoa do singular pois cada ser humano vive a experiência do seu processo saúde-doença.

As “infidelidades do meio”, os fracassos, os erros e o mal-estar fazem parte de nossa história. E, na medida em que nosso mundo é constituído por acontecimentos, a saúde não pode ser pensada senão como a capacidade de lidar com os riscos, as adversidades e nocividades que o meio nos impõe, renormatizando-o. Adoecer, por outro lado, é se adequar a um único meio, restrito e limitado.

Se a saúde só pode ser alcançada através de movimento, de reinvenção, não utilizar a experiência como critério para pensar a saúde se torna um obstáculo epistemológico, pois amputa o poder de agir (Clot, 2010) de homens e mulheres sobre o mundo.

Como pensar uma saúde vivida no corpo e expressa na primeira pessoa do singular quando se tem as vozes silenciadas? Como afirmar a saúde quando se é forçado a reconhecer o conhecimento científico como único critério da verdade? Como ampliar o poder de agir sobre o mundo quando as vozes não são escutadas?

### **A experiência como critério para pensar o trabalho: contribuições da Ergologia**

Considerada por Schwartz como uma “in-disciplina”, a Ergologia tem como uma das inspirações a epistemologia de Freire. Parte da distinção apontada pela Ergonomia da Atividade (Daniellou, 2004) entre trabalho prescrito e trabalho real.

Na perspectiva ergológica, é impossível que não exista atividade. Em uma situação de trabalho, não há como se ater ao prescrito, àquilo que é determinado antes da realização do próprio trabalho. O trabalho efetivamente realizado nunca é só prescrição e fiel execução, pois envolve sempre a vida – as “infidelidades do meio” (Canguilhem, 1990) e a atividade humana para dele dar conta.

Schwartz e Durrive (2010) utilizam a expressão “o impossível é também o invivível” para deixar clara a ideia da impossibilidade de padronizar as condições da atividade humana, com o objetivo de antecipá-la totalmente, como supunham as convicções tayloristas. Afirmam que, exatamente por ser impossível, essa antecipação total das condições de trabalho é também invivível.

Se as estruturas organizacionais tayloristas-fordistas tentaram afirmar que apenas seguir as prescrições era suficiente para se realizar o trabalho, a Ergonomia da Atividade e os estudos ergológicos vão sustentar o que o movimento dos trabalhadores sempre afirmou: a prescrição nunca é suficiente para dar conta da produção exigida. O trabalho realizado, exige sempre uma mobilização cognitiva, coletiva e afetiva do trabalhador. O trabalho, na realidade, nunca é só mera execução. Trabalhar em condições completamente heterodeterminadas é impossível e invivível, na medida em que o humano quer sempre inventar suas próprias normas.

Schwartz e Durrive (*ibidem*) afirmam que as infidelidades do meio são geridas como um “uso de si” e não como mera execução. O termo “execução” supõe que o trabalhador apenas siga procedimentos, diretrizes e consignas. Para que o trabalho seja realizado, é preciso que haja um ser humano avaliando, fazendo ajustes, escolhas, revisões, renormatizando o tempo todo. O trabalhador faz muito mais do que executar, ele faz “uso de si” ao trabalhar. Reduzir a atividade de trabalho à mera execução seria acreditar que o meio é sempre fiel, que não há acasos e nem variabilidades contínuas e constantes, algo que é impensável na ordem da vida, do humano.

Este uso de si apresenta um caráter híbrido no sentido de que, se trabalhar não é apenas executar, envolve também execução. A fim de esclarecer esse hibridismo, Schwartz e Durrive (*ibidem*) utilizam as expressões “uso de si por si” e “uso de si por outrem”. O “uso de si por si” inclui tudo que o trabalhador investe de recursos físicos,

cognitivos, psíquicos, motores, seus conhecimentos, sua experiência individual e coletiva, as avaliações e renormatizações que efetua para que o trabalho possa ser realizado. É a pessoa sendo convocada em toda a sua inteireza, com toda a mobilização que qualquer abordagem taylorista, por mais constrangedora que seja, é incapaz de anular. O conceito de “uso de si” chama a atenção para a complexidade do ser humano e das relações que estabelece.

Para Schwartz e Durrive, trabalhar envolve sempre uma “dramática do uso de si”. Trabalhar é sempre um drama no sentido de que envolve o trabalhador por inteiro, é o espaço de tensões problemáticas, de negociações de normas e de valores.

O “uso de si por outrem” é, num certo sentido, externo a ele; são as normas antecedentes, as consignas, os procedimentos, as condições históricas que são dadas. Essa externalidade é provisória na medida em que a cada ajuste, a cada singularização, a cada recentramento da prescrição que o trabalhador efetua, uma parte desse uso de si por outrem é incorporado ao uso de si por si, condição para que o trabalho aconteça.

Estabelecer essa tensão contraditória entre esses dois usos é fundamental para que possamos sair da armadilha de acreditar que o trabalhador é um humano fundamentalmente passivo, puramente reprodutor, que apenas sofre os impactos dos determinismos históricos, econômicos e sociais. Se essas condições históricas fazem parte das normas antecedentes e impõem um determinado uso de si por outrem, o trabalho efetivamente realizado (assim como a vida) nunca é apenas isso. Pois o humano, ao praticar um uso de si por si, não só varia, mas produz variações, como nos ensinou Canguilhem (1990).

A Ergologia, desde o início, compreendeu (sob inspiração de Freire) que para desenvolver seus estudos sobre o trabalho, seria necessário o diálogo com seus protagonistas, aqueles que possuem a experiência do trabalho. Assim, desenvolveu um dispositivo (denominado “dispositivo dinâmico em três polos” ou DD3P) que acontece a partir de debates entre os saberes formalizados dos pesquisadores e os saberes da prática dos trabalhadores, na forma de um intercâmbio (Schwartz *et al.*, 2010).

Com isto, reafirma-se a importância de se aproximar do trabalho em situações reais, e compreender e valorizar os saberes dos trabalhadores. É a imersão no mundo do trabalho e a aproximação entre os saberes formalizados e os saberes da prática, sem estabelecer hierarquização, que permitem a constituição de espaços de discussão, o que possibilita a coprodução de novos conhecimentos sobre o trabalho.

## **A experiência como critério para pensar os desastres: contribuições da Sociologia**

Ulrich Beck cunhou o conceito de sociedade de risco e estudou como as pessoas funcionam diante de acontecimentos macro e como elas estruturam suas dinâmicas sociais em uma lógica de risco e de medo. Para Beck (2008) a percepção dos riscos ameaçadores determina o pensamento e a ação. Em situações de risco, o passado perde o seu poder de determinar o presente; o futuro, algo ainda não existente, a ser construído, ocupa essa função.

Beck recusa a separação entre peritos/cientistas e as visões comuns, afirmando que a consciência dos riscos tem de ser analisada a partir de diferentes afirmações concorrentes. As percepções dos cidadãos comuns quanto aos riscos não são irracionais ou falhas de informação, mas sim produtos de processos complexos que definem o que faz sentido em suas vidas e o que tem a ver com suas identidades.

Contrariamente ao que afirmam muitos especialistas e dirigentes políticos, José Manuel Mendes (2015) relata que, em situações de desastre ou catástrofe, as respostas das populações não se baseiam na irracionalidade ou no pânico, mas sim na solidariedade e na construção de comunidades que expressam a capacidade de resistência, de recuperação e do restabelecimento dos laços, das vivências e espaços habitados.

No caso do Brasil, isso sempre foi evidente nas tragédias como o rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho e nas várias situações de enchentes que inundam cidades, causando mortes e destruições.<sup>7</sup> Na pandemia da covid-19, são os próprios moradores das comunidades mais carentes que têm se organizado para operações de limpeza, confecção de máscaras, coleta de cestas básicas e outros dispositivos necessários à sobrevivência para os que não podem voltar ao trabalho, numa demonstração de grande organização da sociedade civil.

Enrico Louis Quarantelli (2015) afirma que o mito do pânico permite aos responsáveis políticos e administradores reterem informações que reforçam a lógica de poder na gestão dos conhecimentos. Curiosamente, o pânico é sempre imputado aos cidadãos comuns e nunca aos dirigentes, especialistas ou cientistas, o que impede que se utilize os conhecimentos dos cidadãos e dos trabalhadores como recurso para planejar ações. Os conhecimentos comuns, a capacidade de resiliência e de resistência das populações, dos grupos e dos indivíduos, são ignorados.

---

<sup>7</sup> Para aprofundamento, consultar Oliveira *et al.* (2016).

Segundo Frank Furedi (2012), o medo no contemporâneo se transformou numa experiência conferidora de identidade. Estar em risco já não tem a ver com aquilo que fazemos ou com a probabilidade de algum risco nos afetar a vida, tem também a ver com quem somos. A condição de “estar em risco” confere à pessoa um papel passivo e dependente; aquele que é rotulado como “estando em risco” é visto como alguém em permanente condição de vulnerabilidade. A vulnerabilidade é usada para acentuar a ideia de que as pessoas e as respectivas comunidades carecem dos recursos racionais e emocionais necessários para lidar com a mudança, para fazer escolhas e para lidar com a adversidade.

Pode-se dizer que a palavra medo, tal como a palavra risco, se tornaram expressões que já aceitamos automaticamente, até como uma espécie de tique cultural para expressar a confusão e a incerteza. (*ibidem*: 42)

Nas sociedades de risco contemporâneas impera a desconfiança generalizada e os cidadãos dependem por completo dos peritos e especialistas para o diagnóstico, prevenção e intervenção. O poder permanece nas mãos dos peritos, reproduzindo as condições de vida, as desigualdades sociais e a desqualificação de saberes advindos das experiências.

Segundo Norma Valencio (2020), nos desastres, diversos dispositivos do sistema de proteção e defesa civil são apresentados como estratégias eficazes ante perigos consideráveis, mas na verdade cumprem a função de retirar da sociedade uma visão mais crítica sobre as origens dos processos socioambientais geradores de tais perigos. O efeito prático mais preocupante é o de, progressivamente, converter o medo coletivo em uma forma de naturalizar uma ordem social baseada em comportamentos dóceis e submissos a uma versão antidemocrática.

Historicamente os grupos mais afetados pelos desastres são constituídos por aqueles desprovidos das oportunidades econômicas favoráveis e, conseqüentemente, à margem da cidadania. São aqueles que não tem acesso à moradia digna, a uma territorialidade segura, aos serviços de saneamento básico e de saúde e que vão aprendendo a sobreviver e a se reproduzir socialmente às margens do Estado. O que Freire (2003a) denominou “esfarrapados do mundo” ou “condenados da terra”.

São obrigados a criar e a reafirmar estratégias de apoio mútuo, de solidariedade para minimizar a precariedade material; desta forma, seus mecanismos de solidariedade e

reciprocidade são postos à prova continuamente pelos desafios de um cotidiano difícil. Os grupos socialmente marginalizados sabem que a sua coesão interna é fundamental para lidar com a sua invisibilidade diante do Estado, sendo esse o fundamento da sua resiliência perante o abandono social experimentado cotidianamente.

Os grupos sociais mais vulneráveis, segundo Virgínia Garcia-Acosta (1993), nunca foram passivos à presença de ameaças da natureza e embora seja expressiva a quantidade de estratégias de que lancem mão para enfrentá-las, essas não são reconhecidas ou valorizadas em termos macrossociais.

No Brasil, afirma Valencio (2020), a ciência, a política pública e a cidadania estabelecem um pacto do atraso, na medida em que persiste uma visão monológica, determinada pelos que ocupam posições de poder, que não reconhecem a existência de uma pluralidade de racionalidades civis.

Simone Oliveira *et al.* (2016) afirmam a necessidade de desnaturalizar os desastres, o que significa reconfigurar os saberes, conhecimentos e experiências mobilizados para a prevenção e enfrentamento dos desastres. Isso inclui não apenas os saberes técnico-científicos e de políticas públicas, mas também os saberes locais baseados na experiência de comunidades e de grupos vulneráveis ou afetados, que permitam a emergência do que Santos (2007) chama ecologias de saberes.

O protagonismo da escuta dos cidadãos se coloca como indispensável em uma relação dialógica com os conhecimentos técnico-científicos; a gestão pública deve se submeter às necessidades de seus moradores, principalmente durante os desastres.

### **A escuta como método: o dispositivo dinâmico em três polos**

A ausência de uma escuta coletiva dos conhecimentos produzidos pelos trabalhadores e cidadãos se traduz em um obstáculo epistemológico ao conhecimento das situações de trabalho, de desastres e da vida. E traz a demanda para criarmos metodologias que coloquem a escuta como protagonista, uma pedagogia da escuta.

Uma dessas metodologias é o já citado dispositivo dinâmico em três polos – DD3P, criado pela Ergologia, sob inspiração da epistemologia freiriana. O DD3P acontece a partir de debates entre os saberes formalizados dos pesquisadores e os saberes da prática, na forma de um intercâmbio entre eles (Schwartz *et al.*, 2010). Trata-se de um dispositivo que visa a coprodução de novos saberes e não a apropriação dos conhecimentos dos cidadãos por parte das concepções científicas.

Tem por objetivo colocar em debate sinérgico diferentes saberes, seja o que se tornou patrimônio das disciplinas científicas (primeiro polo), seja aqueles investidos produzidos pela experiência (segundo polo). Para circulação desses saberes é necessária a atuação de um terceiro polo que, considerando as exigências éticas/epistemológicas vai operar acordos e negociações, indispensáveis para que se dê o diálogo criativo e inovador entre os diferentes saberes.

A importância desse terceiro polo ético-epistemológico é fundamental, pois a assimetria de conhecimentos gera desconforto intelectual recíproco e exige uma postura de humildade epistemológica – compreender que os saberes não podem ser hierarquizados e que nenhum saber sozinho é suficiente para dar conta da realidade. Tal postura garante o respeito ao olhar do outro e à contribuição de cada saber (Schwartz *et al.*, 2010).

Conforme Milton Athayde *et al.* (2014), o ponto de partida e de chegada para as formulações e práticas na perspectiva apresentada é sempre a atividade humana, levando em conta que esta é permeada por saberes, normas e valores que se articulam. A potência do DD3P está no que é produzido “entre” os saberes (técnicos e da experiência), partindo do princípio de que os saberes técnicos não são suficientes na análise de uma situação ou atividade humana.

A utilização deste dispositivo promove a circulação, nos dois sentidos, entre os saberes formais e os saberes da experiência, possibilitando o debate para formulação e aplicação de normas e procedimentos que estejam mais identificados com as situações vividas por seus protagonistas.

Parte do princípio de que o encontro entre os saberes promove o desenvolvimento de cada um deles; afirma que a análise de uma situação não pode acontecer sem a participação dos que a vivenciam de dentro e promove espaços de debate, formação e desenvolvimento coletivo e individual. A partir da construção dos pontos de vista sobre uma situação, os saberes podem emergir e questões da esfera da vivência singular passam a ser socializadas e coletivizadas; a palavra passa a ser socializada.

A partir do entendimento de que cada um dos saberes apresenta uma incompletude perante à vida, no formato do DD3P, cada um enfrenta o desafio de falar sobre as suas atividades, o que se faz e o que se vive (no trabalho ou na vida em geral), “comunicar é parcialmente reconstruir, com seus interlocutores, o sentido das palavras” (Athayde *et al.* 2014: 135).

A partir dos conteúdos emergentes nos debates, os participantes podem colocar em circulação um conjunto de conceitos e conhecimentos para problematizar a atividade, gerando novos debates que poderão validar (ou não) esses conhecimentos, fazendo avançar a compreensão de ambos os polos sobre o que está em análise.

Neste sentido, o DD3P pode facilitar a criação de uma ecologia de saberes (Santos, 2018), enfatizando a valorização simbólica, analítica e política de formas de ser e de saberes que a sociologia das ausências revela não estarem presentes no modo ocidental e eurocêntrico de fazer ciência.

Vários exemplos da utilização dos pressupostos teóricos da ergologia e do dispositivo dinâmico em três polos podem ser consultadas no trabalho de Hélder Muniz (2000) com funcionários do Hospital Clementino Fraga no Rio de Janeiro; em Maria Elisa Borges (2006) com trabalhadores do Banco do Brasil; em Adilson Bastos (2008) com jovens estagiários, aprendizes de práticas bancárias; em Cirlene Christo (2013) em uma multinacional privada no ramo pneumático; em Elizangela Silva (2018) em agências de Seguridade Social no Rio de Janeiro.

Mais especificamente no campo dos desastres, temos os trabalhos de Eduardo Rezende *et al.* (2000) sobre o rompimento de barragens no Brasil e de Gilmaria Silva (2019) que nos apresenta o caso de um condomínio na cidade de Volta Redonda, vizinho de um depósito de lixo siderúrgico, acumulado neste território por 20 anos, escória da Companhia Siderúrgica Nacional.

Em todos esses casos, constatou-se que o dispositivo contribuiu para o protagonismo daqueles que participaram, a partir de uma proposta teórico-metodológica que valorizou os diversos saberes acerca de determinada questão, produzindo o desenvolvimento dos mesmos. Contribuiu para melhor apropriação das suas próprias vivências em detrimento de uma supervalorização do discurso técnico-científico e do discurso econômico, apostando em uma coconstrução de novos pontos de vista, a partir do encontro de saberes; uma aposta de coprodução de conhecimento.

### **Considerações finais**

Diversas reinvenções serão possíveis no pós-pandemia, a depender da nossa própria capacidade de gerá-las. Pensar uma pedagogia da escuta, tendo a escuta como protagonista, pode nos ajudar a mobilizar algumas dessas reinvenções e ultrapassar o obstáculo epistemológico que hoje se coloca sobre o conhecimento em diversos campos.

O primeiro passo para essa pedagogia da escuta é considerar que as experiências vivenciadas em corpos de homens e mulheres têm muito a contribuir na compreensão das situações e nas soluções que podem ser propostas. Em seguida, é preciso dar visibilidade a esse saber dos cidadãos; vê-los como sujeitos presentes, visíveis, coletivos, prontos para contribuir com seu conhecimento para o trabalho e a sociedade.

Para além das denúncias da precarização do trabalho e da vida em um nível macro, compreender a potência que existe na atividade de homens e mulheres e transformá-la em instrumento de luta e resistência. Construir uma artesanaria das práticas, reinventando-as de acordo com as premissas das epistemologias do Sul (Santos, 2018), práticas artesanais, não estandardizadas, inventadas no cotidiano de vida e de trabalho. Práticas que são fruto das renormatizações a que se refere Canguilhem, essas reinvenções que os trabalhadores e cidadãos fazem no seu dia a dia.

Conhecer, assumir e valorizar a gestão que cada humano faz em seu cotidiano implica em ir ver/ouvir os saberes encarnados de perto, interpelar seus processos, colocar problemas concretos, buscar possíveis soluções coletivas. A democracia cidadã implica o envolvimento da população nas decisões, nas ações e no controle social das políticas públicas, como uma das formas de enfrentar as situações de desigualdade. Mais do que nunca, se faz necessário criar metodologias que possam facilitar essa escuta. O DD3P criado pela Ergologia a partir de referenciais freirianos é um exemplo de dispositivo que ajuda a dar visibilidade a essas práticas.

Neste momento de pandemia, nos encontramos naquilo que Freire (2003b) chamou de situação-limite, aquelas que se constituem por contradições que envolvem as pessoas, produzindo-lhes uma adesão aos fatos e, ao mesmo tempo, uma sensação de fatalismo em relação ao que está acontecendo. A não percepção das contradições existentes na situação, traduz-se em impotência para ação. Tornar visíveis essas contradições exigem, segundo ele, dois tipos de pedagogia: a primeira é a da denúncia de uma estrutura desumanizante. Em seguida, uma outra, é a do anúncio de um inédito viável, aquilo que ainda não existe mas que pode ser pensado, criado e experienciado, por exemplo, uma estrutura humanizante. Acrescento a essas duas, uma terceira: uma pedagogia da escuta como método, a escuta como protagonista, essencial para viabilizarmos os inéditos viáveis no pós-pandemia.

Santos (2018) nos provoca incômodo e inconformismo diante do sofrimento humano provocado pelos imperialismos (culturais e econômicos) que, no paradigma da modernidade, excluíram, silenciaram e desperdiçaram experiências e conhecimentos de

grande parcela da humanidade. A obra de Freire nos traz esperança e fé na capacidade humana e na utopia de um mundo melhor. Juntos, inconformismo e esperança, dialogicamente conectados.

Não sabemos o que está por vir, mas podemos pensar, utopicamente com Freire, que é possível reinventar a vida, reinventar nossa maneira de estar no mundo. Lembrando que utopia para Freire (1979) não é o não realizável, mas sim a compreensão da História como possibilidade. A certeza de que o mundo não é, mas está sendo e que, portanto, pode vir a ser transformado. Entre a utopia e a realidade, ouvindo diferentes vozes, podemos apostar em uma construção coletiva de outras possibilidades em que todos possam ser sujeitos e protagonistas de suas histórias e da História.

### **Referências bibliográficas**

- Athayde, Milton; Souza, Paulo; Brito, Jussara (2014), “Intervenção e pesquisa em psicologia: uma postura ergológica”, in Pedro F. Bendassolli; Lis Andrea P. Soboll (orgs.), *Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho*. São Paulo: Editora Atlas, 129-157.
- Bastos, Adilson Dias (2008), “O lúdico no trabalho: o ponto de vista da atividade como operador de análise do lúdico no trabalho dos ‘menores’ em um *programa adolescente trabalhador*”. Tese de doutorado em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Beck, Ulrich (2008), *World at Risk*. Cambridge: Polity Press. Tradução de Goethe Institut.
- Borges, Maria Elisa (2006), “O RH está nu: tramas e urdiduras por uma gestão coletiva do trabalho”. Tese de doutorado em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Canguilhem, Georges (1990), *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Caponi, Sandra (1997), “Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 4(2), 287-307.
- Clot, Yves (2010), *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum.

- Christo, Cirlene (2013), “Análise da atividade de supervisão do trabalho: um olhar Psicossocial para o gerenciamento na indústria”. Tese de doutorado em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Daniellou, François (2004), *A ergonomia em busca de seus princípios*. São Paulo: Edgard Blücher. Tradução de Maria Irene Stocco Betiol.
- Freire, Paulo (1979), *Conscientização – Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, Paulo (2003a), *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, Paulo (2003b), *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furedi, Frank (2012), “Por uma sociologia do medo”, in José Manuel Mendes; Pedro Araújo (orgs.), *Os lugares (im)possíveis da cidadania: estado e risco num mundo globalizado*. Coimbra: CES/Almedina, 23-52.
- García-Acosta, Virgínia (1993), *Estrategias sociales de prevención e adaptación. México*: Centro de Investigaciones y estudios superiores em antropologia social.
- Mendes, José Manuel (2015), *Sociologia do risco: uma breve introdução e algumas lições*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Moura, Demócrito (1989), *Saúde não se dá, conquista-se*. São Paulo: HUCITEC.
- Muniz, Hélder (2000), “A gestão do tempo de permanência do paciente de neurocirurgia no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho”. Tese de doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Oliveira, Simone; Portella, Sergio; Siqueira, Antenora; Freitas, Mario (2016), “Desnaturalização dos desastres e mobilização comunitária: redes e rodas”, *Ciência & Trópico*, 40(1), 13-36.
- Quarantelli, Enrico Louis (2015), “Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional”, *O Social em Questão*, 18(33), 25-56. Tradução de Raquel Brigatte.
- Rezende, Eduardo de Andrade; Portella, Sergio; Oliveira, Simone Santos (2020), “O rejeito e suas diversas marcas: saúde dos trabalhadores da Defesa Civil no rompimento da barragem de Fundão”, *Saúde em Debate*, 44(n.º esp. 2), 272-283.

- Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.  
DOI: 10.4000/rccs.753
- Santos, Boaventura de Sousa (2018), *O fim do império cognitivo*. Coimbra: Edições Almedina.
- Schwartz, Yves; Durrive, Louis (2010), “O trabalho e a ergologia”, in Yves Schwartz; Louis Durrive (orgs.), *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 25-46.
- Schwartz, Yves; Duc, Marcelle; Durrive, Louis (2010), “O Homem, o mercado e a cidade”, in Yves Schwartz; Louis Durrive (orgs.), *Trabalho e Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 246-273.
- Silva, Elizangela (2018), “Embate de normas em um mundo de valores: uma pesquisa com servidores do INSS da região sul fluminense”. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- Silva, Gilmara da Costa (2019), “As relações entre a saúde e a exposição aos resíduos siderúrgicos: o conflito socioambiental no Volta Grande IV a partir dos seus moradores”. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.
- Valencio, Norma (2020), “Entre sirenes, rotas de fuga e exercícios de simulação: vida cotidiana sob os riscos de desastres”, *Saúde em Debate*, 44(n.º esp. 2), 20-32.